





I ENCONTRO INTERNACIONAL
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
FINANÇAS E INCUBAÇÃO SOCIAL
E SOLIDÁRIA



TÍTULO:

**I Encontro Internacional de Economia Solidária:
Finanças e Incubação Social e solidária**

AUTORES:

Hugo Coelho (Universidade Lusófona)
Rogério Roque Amaro (ISCTE | Animar)

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:

LUSOIMPRESS, SA
Rua Venceslau Ramos, 28
4430-929 Avintes | Vila Nova de Gaia

EDIÇÃO:

Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
www.animar-dl.pt | animar@animar-dl.pt
(publicação financiada pelo IEF, no âmbito do acordo IEF/Animar)

Dezembro 2014

ISBN: 978-989-8748-07-2

Depósito Legal:





HUGO COELHO | ROGÉRIO ROQUE AMARO



I ENCONTRO INTERNACIONAL
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
FINANÇAS E INCUBAÇÃO SOCIAL
E SOLIDÁRIA

MEMÓRIA-SÍNTESE

ANIMAR
LISBOA 2014







I ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: FINANÇAS E INCUBAÇÃO SOCIAL E SOLIDÁRIA

Lisboa, Univesidade Lusófona | 23, 24 e 25 de Setembro de 2013

Entre os dias 23 a 25 de Setembro de 2013 ocorreu em Lisboa na Universidade Lusófona, o primeiro encontro internacional sobre economia solidária com destaque para os temas das Finanças e da incubação social e solidária.

Uma iniciativa que contou com a promoção da Universidade Lusófona, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e da Animar, e igualmente com o apoio de inúmeras organizações governamentais e não-governamentais, militantes e ativistas da economia social e solidária de vários países.

Nos três dias estiveram presentes 173 participantes portugueses e internacionais (Brasil, Catalunha, França, Itália, Japão, Timor-Leste, Cabo Verde e Angola) que contribuíram para o enriquecimento geral sobre os conceitos e práticas de Economia Solidária, partilharam iniciativas de solidariedade locais e valorizaram o conhecimento do património das universidades, estando a temática da extensão universitária (articulação entre Universidade e Sociedade e as diferentes formas de interação e contributo para com a Sociedade) sempre presente nos três dias de evento.

O I Encontro Internacional realizou-se sobre duas dimensões: As manhãs dedicadas a trabalhos mais teóricos e académicos; as tar-



des dedicadas à apresentação e debate em torno de questões mais práticas e específicas.

No primeiro dia (23 de Setembro) houve lugar à sessão de abertura com o discurso de enquadramento por parte do Presidente do Grupo Lusófona - Manuel Damásio, seguindo-se as intervenções de Jean-Louis Laville (França), Genauto França Filho (Brasil), Rogério Roque Amaro e Isabel Soares (Portugal) e Jordi Estivill e Jordi Ribas (Catalunha). O moderador José Fialho (Univ. Lusófona) destacou a importância da parceria e da coorganização conjunta entre a Animar, a FEUC (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) e da Universidade Lusófona, que realizaram este encontro pela primeira vez em Portugal e permitiu ter uma representatividade muito grande de instituições de todo o país e com muitos oradores e delegados internacionais. De seguida cada um dos oradores incidiu a sua intervenção sobre a actual situação da economia solidária em cada um destes países, destacando os seus principais desafios.

Destaca-se nas intervenções que o movimento da economia solidária está a surgir com maior intensidade, e nalguns casos, conta já com uma maturidade no que respeita aos valores e formas de produção, e à inovação de aspetos organizacionais.

Ponto comum nas intervenções, foi considerar que a economia solidária representa uma resposta possível e real face ao enfrentamento da crise atual. Para tal, a economia solidária tem de fornecer alternativas realistas ajudando a criar uma nova cultura política, um diálogo com as instituições públicas e líderes políticos, multiplicando a sua força e o seu papel como parte interessada num desenvolvimento mais justo e solidário. Estes são alguns dos desafios encontrados em cada país e em cada continente.

O Papel das Redes (RIPESS Europa e RIPESS internacional, XES, Cresaçor, Animar, Conectar...) e dos fóruns locais, estaduais e





nacionais como no caso brasileiro e as múltiplas formas de organização coletiva transnacional são cada vez mais importantes para responder a estes desafios.

Isabel Soares, apresentou a recém-criada cooperativa de consumo – Fruta Feia – que visa combater o desperdício alimentar através da associação de produtores agrícolas da zona Oeste e Grande Lisboa a uma rede de consumidores que se constituem como cooperandos. Estes através da cooperativa podem adquirir a preços reduzidos, cabazes variados de frutas e legumes de época. Muitos destes produtos tinham como destino a sua destruição por parte dos agricultores (por não terem escoamento nas grandes superfícies alimentares) tornando-se a Fruta Feia um distribuidor e intermediário entre estes e os consumidores finais (que à data do encontro reunia mais de 150 pessoas interessadas em aderir). De acordo com a intervenção da sua presidente, a Fruta Feia pretende criar uma rede alternativa de consumo mais consciente e solidária em vários locais de Lisboa e numa fase posterior, em várias cidades do país.

Na parte da tarde, as apresentações de Pedro Hespanha e Sílvia Ferreira (Fac. Economia da Universidade de Coimbra), Genauto França Filho (Univ. Federal da Bahia) e Alcides Monteiro (Univ. Beira Interior) debruçaram-se em torno do papel que a economia solidária pode desempenhar na promoção da inovação social e do desenvolvimento local. A moderação do painel e do debate esteve a cargo de Paula Guimarães do Montepio Geral (a principal entidade mutualista, nomeadamente no sector bancário e financeiro em Portugal).

As intervenções e o debate subsequentes mostraram que a ofensiva do capital tem várias faces: uma delas tem uma dimensão moral que assenta na dita responsabilidade social corporativa, no “negócio social”, e outras faces como a conceção individualista do



empreendedorismo social. Todos os conceitos com origem nos Estados Unidos e na Inglaterra passaram a ganhar destaque na agenda política e pública através da Comissão Europeia, que os inclui nos seus programas políticos recentes.

Todos concordaram na importância e preponderância da inovação social como uma grande solução para a crise. No entanto, esta inovação social pode-se dar de diferentes formas na economia e no desenvolvimento local. Enquanto a economia aparece como um campo de práticas coletivas e populares que pretendem responder às necessidades que a atual crise acentua, o desenvolvimento local aqui é a melhor expressão como uma forma complementar e intimamente ligada à economia solidária enquanto reconhecimento e valorização do apego ao local e ao território, à legitimidade e apoio a uma produção e consumo de proximidade e, a uma mobilização e participação mais cidadãs e democráticas.

O dia terminou com a apresentação de dois casos internacionais (Ana Dubeux, Brasil e Carmen Parra, Catalunha) num painel dedicado a apresentar e discutir o papel das universidades, e em especial das incubadoras de economia solidária na promoção do desenvolvimento local. A moderação esteve a cargo de José Fialho (Univ. Lusófona) que começou por acentuar a importância da extensão universitária e do papel que as universidades podem e devem ter nos desígnios de desenvolvimento das comunidades mais próximas da universidade e das políticas de desenvolvimento nacionais. Ilustrou a sua intervenção com alguns exemplos de programas e projetos de extensão universitária a decorrer na Universidade Lusófona, tais como a ACC - Actividade Curricular em Comunidade (programa com década de meia de sucesso na Universidade da Bahia, instituição representada com uma delegação neste I Encontro Internacional) e a incubadora de economia solidária e desenvolvimento local.

Carmen Parra da Universitat Abat Oliba apresentou vários programas e projetos na área da economia solidária que a Cátedra de Economia Solidária da qual é responsável na sua Universidade, desenvolve na Catalunha junto dos diversos públicos: estudantes e investigadores, organizações sociais, entre outros. Reforçou ainda que a mobilização da universidade a partir da economia solidária, permite mudar muitos dos paradigmas, com base num diálogo conjunto com os atores académicos e não académicos, reconhecendo que a universidade se deve colocar ao serviço da sociedade.

Por sua vez, Ana Dubeux apresentou a experiência da incubadora de Recife - Pernambuco, descreveu a origem histórica da extensão universitária no Brasil, sublinhou a importância das redes e fóruns que promovem a extensão junto das universidades brasileiras (nomeadamente a FORPROEX) e ainda destacou os atuais desafios da extensão, apontando alguns exemplos da sua universidade, e das demais instituições universitárias públicas brasileiras.

Apesar dos desafios, destacou a importância que as universidades têm tido no combate a desigualdades, a situações de exclusão e pobreza junto de comunidades populares, através dos programas de extensão universitária e neste caso da incubadora da UFRPE.

As apresentações disponibilizadas pelos oradores, podem ser acedidas no site do I Encontro Internacional em: <http://cpes.ulisofona.pt/eventos/ecosol/41-eventos/encontro-internacional-de-financas-solidarias-e-in/73-inscricoes.html>

No segundo dia as apresentações e discussões concentraram-se nos princípios e formas de organização das incubadoras de economia solidária brasileiras, portuguesas e francesas.

De acordo com as exposições das incubadoras da UFRPE (Recife), da ITES/UFBA (Salvador da Bahia) e da Rio Claro UNESP (São Paulo) estas tornaram-se “laboratórios vivos” e de animação das redes locais de economia solidária nas comunidades onde atuam.

Estes processos já estão ocorrendo em algumas universidades brasileiras, onde equipas interdisciplinares de estudantes e professores se deslocam com frequência e durabilidade a estas comunidades, intervindo com os atores locais numa base de parceria e diálogo na construção de projetos e iniciativas de economia solidária.

No caso francês, em Paris, existe a decorrer uma experiência de incubação promovida pelo CNAM, que foi apresentada por Jean-Louis Laville.

No caso português (nas Universidades de Coimbra e da Universidade Lusófona) já começaram experiências semelhantes mas ainda muito recentes que se encontram na sua fase inicial.

Este painel discutiu ainda metodologias de incubação, formas de crédito e financiamento solidário às iniciativas criadas localmente (nomeadamente através de moeda social e dos bancos comunitários), desafios internos e externos das incubadoras, sustentabilidade e financiamento das incubadoras, entre outros aspetos.

As apresentações das incubadoras encontram-se disponíveis no site do I Encontro Internacional em: <http://cpes.ulusofona.pt/eventos/ecosol/41-eventos/encontro-internacional-de-financas-solidarias-e-in/73-inscricoes.html>



CONCLUSÕES



Na sessão de encerramento foram explanadas as principais conclusões do I Encontro Internacional de Economia Solidária.

O painel da sessão de encerramento contou com as participações do vice-ministro de Comércio, Indústria e Ambiente de Timor-Leste - Abel Ximenes, de Rogério Roque Amaro (Portugal), Genauto França Filho (Brasil) e Jean-Louis Laville (França).

Nas intervenções finais foi destacada a importância, a atualidade e a utilidade do tema da Economia Solidária, foram congratuladas a qualidade das apresentações e dos oradores, a riqueza de debate e das práticas expostas por parte dos painéis e da audiência.

Os oradores sublinharam ainda o envolvimento de jovens organizadores na concretização deste encontro – Hugo Coelho (Univ. Lusófona) e Beatriz Silva (Univ. Coimbra) bem como destacaram a presença de inúmeras organizações da economia social e solidária de Portugal e de um número considerável de entidades e delegações provenientes de quatro continentes diferentes, que conferiram um carácter verdadeiramente internacional a este encontro.

Coube ao vice-ministro Abel Ximenes a usar a palavra em primeiro lugar, fazendo referência à delegação de 11 timorenses presentes. Mencionou a pertinência do tema da economia social e solidária para a academia, para governos, para as organizações e para o público em geral. Referiu o caso timorense onde o desenvolvimento das cooperativas e do processo de independência nacional estão profundamente ligados. Neste particular, partilhou que a economia solidária tem estado em desenvolvimento e que existe desde



há muito tempo, na sociedade e na cultura de diversas localidades do país, presentes os valores da solidariedade, entreaajuda, cooperação e democracia.

O cooperativismo e a economia social foram recentemente introduzidos no país, existindo atualmente 106 cooperativas de 1º grau e 3 cooperativas de 2º grau que reúnem mais de 36 mil membros (6% população ativa), onde numa população com 7 milhões, 1 milhão beneficia das cooperativas – cerca de 14% da população total) e prevê-se a criação da primeira confederação de cooperativas com o apoio da CASES e da UNINORTE. Por outro lado, as fundações e ONGs têm-se desenvolvido também nestes últimos 11 anos após o referendo. Muitas destas organizações têm dificuldades de sustentabilidade e de perenidade, devido à falta de financiamento e ao atual contexto económico. A maioria destas organizações atua na área do microcrédito, ensino e cooperação para o desenvolvimento.

Alguns dos desafios em Timor para o associativismo e cooperativismo têm sido:

- 1) encontrar recursos capacitados e qualificados para a gestão destas organizações;
- 2) dificuldade em encontrar modelos sustentáveis que diminuam a mortalidade destas instituições;
- 3) encontrar formas de autonomia sustentável e de autofinanciamento através do aumento de criação de receitas próprias onde as vertentes sociais e económicas não sejam descuradas simultaneamente.

Finalizando a sua intervenção, referiu a importância da criação de parcerias entre os países da CPLP nas áreas da formação, da cooperação institucional, do recrutamento de licenciados e de qua-



dros qualificados para apoiarem o desenvolvimento do movimento associativista e cooperativista em Timor-Leste.

Na sua intervenção final, Jean-Louis Laville salientou a importância, pela primeira vez, na história das ciências sociais esta deixar de ser eurocêntrica com o nascimento da Economia Solidária e passar a ser policêntrica (América e América do Norte, Ásia, África). Laville referiu que ao longo da história a construção dos saberes na economia foram sempre eurocêntricos e que este encontro mostrou uma originalidade e especificidade de a partir da economia solidária iniciar-se uma construção intercultural com contribuições vindas de diferentes continentes, algo que é uma especificidade neste nosso atual mundo globalizado.

Genauto França Filho manifestou o seu contentamento com a riqueza do Encontro pelo seu alto grau de pioneirismo e novidade, devido à introdução e discussão destas temáticas em Portugal, sendo um tema muito recente e amplamente desconhecido, ao contrário do que acontece no Brasil, o seu país de origem. Tal pioneirismo é consequentemente acompanhado por grande responsabilidade para quem organiza, deixando por isso uma avaliação crítica em jeito de contributo para próximos encontros internacionais que abordem estas temáticas. Sinteticamente, a sua reflexão/avaliação assentou em três pontos:

- 1) a relação entre economia solidária e economia social;
- 2) a relação entre a incubação tecnológica de economia solidária e outros tipos de incubação e,
- 3) a incubação tecnológica de economia solidária e a geração de novas políticas públicas a partir da relação de parceria com o poder local.

No seu primeiro ponto, Genauto Filho referiu que é necessário esclarecer o que distingue certos temas e práticas, a começar pela





relação entre Economia Social (ES) e Economia Solidária (Ecosol). Esta aproximação é evidente no caso europeu, particularmente na França, tornando-a muito enriquecedora e benéfica para os dois campos – ES e Ecosol. No entanto, essa relação por ser muito próxima não é fácil de distinguir, pois tratam-se de âmbitos de atuação e de práticas distintos e no Encontro por vezes os dois campos foram tratados de forma generalizada e em simultâneo, como se fossem a mesma coisa. Tais campos de práticas são essencialmente diferentes: tanto da natureza do público que participa em cada um deles, como do ponto de vista das suas formas, meios e propósitos de gestão, como também na forma de relação com o mercado.

Este último aspeto da relação com o mercado introduziu o segundo ponto de reflexão do orador. Na sua perspectiva, a incubação em Economia Solidária nasce de uma necessidade e procura manifestada por territórios com dificuldades económicas, sociais, etc. e que não encontravam resposta nem apoio, nem conhecimento, nem de metodologia apropriadas e adequadas por parte da universidade, que pudesse auxiliar o desenvolvimento desses territórios. Nascendo assim no interior das universidades as incubadoras tecnológicas em economia solidária.

A incubação em economia solidária apresenta-se como um modo diferente de fazer incubação, diferente à tradição de incubação feito em empresas, pois tratam-se de dois mundos diferentes. Genauto colocou duas perguntas para facilitar o entendimento: e a incubação em economia social? Existem incubadoras de economia social?

Apesar de na América Latina não se usar o termo ES, faz-se referência a um campo que reúne as grandes cooperativas no Brasil (similar à ES na Europa). Por outro lado, não existem incubadoras de ES, sendo de certa forma, um problema pois existe também





uma falta de resposta para estas organizações que atuam no campo da ES.

Dando um exemplo no caso brasileiro, as Empresas Júnior são incubadoras constituídas por estudantes com alto grau de eficácia e competência que prestam apoio a empresas mas que são em tudo diferentes das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, principalmente no que diz respeito a conhecimento, a metodologias e às ferramentas utilizadas e que são direcionadas para um outro tipo de realidade e de atores.

Neste evento nem sempre se conseguiu clarificar as diferenças entre ES e Ecosol. Nessa relação, temos que clarificar o que aproxima e preservar o que distingue cada um destes dois campos. As pessoas que trabalham no campo da economia solidária têm uma formação intelectual crítica de ver o mundo e a sociedade, somos um tanto ou quanto indignados com a situação das desigualdades, somos ativistas /militantes em prol da mudança do mundo, mas sempre com uma postura inclusiva. Essa postura inclusiva significa por exemplo, não criar restrições nem separações com os atores e organizações da ES.

No seu terceiro ponto reflexivo, referiu que as incubadoras de economia solidária detêm um potencial extraordinário que assenta na sua capacidade de apoio e de construção de novas formas de políticas públicas e de novas formas de gestão pública. Neste sentido, a Universidade a partir de um trabalho em parceria através das incubadoras de economia solidária, coloca-se a serviço de entidades autárquicas e de poder local, podendo prestar um apoio crucial no desenvolvimento local, tal como acontece em alguns territórios na Bahia e também no Brasil.

Roque Amaro iniciou a sua intervenção com duas notas prévias: primeiro, felicitando os organizadores e em segundo, testemu-





nhando uma passagem sua por Timor Leste no ano 2000 no âmbito de uma delegação de economistas portugueses que visava apoiar o governo timorense na reflexão e escolha do tipo de sistema económico para assegurar o desenvolvimento de um país recémcriado. Neste particular, mencionou o seu contributo na defesa da importância de uma economia plural, onde a economia social – na altura não se chamava solidária – que assentava na entreatajuda, na reciprocidade e na valorização da riqueza e recursos locais, deveria ser considerada nesse sistema económico pelo governo timorense.

De seguida, apresentou quatro notas conclusivas que o impressionaram no que diz respeito a afirmações fortes, colocações e desafios originados durante o encontro internacional.

A primeira nota diz respeito ao conceito de economia solidária enquanto conceito. Sublinho a ilustração e exemplos da Ecosol vindo de vários continentes, de uma realidade que tem avançado e se afirmado quer do ponto de vista teórico (tivemos aqui os principais autores e referências), quer de práticas (apresentadas em quatro continentes presentes no encontro) quer de organização (em redes, fóruns e outras formas), quer do ponto de vista do reconhecimento político (surgindo cada vez mais departamentos governamentais, entidades do poder local e políticas públicas que abordam a Ecosol).

Destaco a diversidade e a riqueza policêntrica do conceito, ou seja, tivemos aqui posições, experiências e práticas culturais muito diferentes e originárias de locais muito distintos. Isto faz da Ecosol, em ciência económica e ciências sociais, o único conceito verdadeiramente não eurocêntrico (alargo esta definição também à tradição norte-americana). A origem da Ecosol latino americana, africana e asiática são autónomas, não dependem da construção e visão europeias, o que por si só constitui uma riqueza extraordinária.



Há por isso, uma necessidade de aprofundamento de conhecimento continuada, porque as práticas vão surgindo com inovações permanentes. Não tanto por razões académicas mas mais por razões de construção de conhecimento indutivo e de compreensão da riqueza e da complexidade dessas práticas. Isto não significa a sua uniformização de conceitos.



No encontro mundial de economia solidária de 2009 no Luxemburgo discutia-se duas visões:

1) que a diversidade de conceitos poderia significar a pouca maturidade do conceito de economia solidária defendendo-se uma uniformização, ou por outro lado

2) a diversidade de conceitos próximos à economia solidária é detentora de multiculturalidade, ou seja, a necessidade de aprofundar este tipo de conceitos não significa a uniformização num conceito único, mas sim o aprofundar da riqueza da sua diversidade e do seu policentrismo.

Mas significa também que o conceito da economia solidária deve ser distinguido de outros conceitos que andam próximos, como o da economia social, da qual é herdeira mas não sinónima. Costumo dar um exemplo que a economia social é a mãe que gerou uma filha [a ecosol], que tem orgulho da mãe mas quer ser independente e seguir o seus próprios passos, fazendo coisas diferentes.

Distingui-la ainda, o conceito de Ecosol, mais claramente do conceito de responsabilidade social das empresas, como muito frequentemente se confunde, pois trata-se de algo completamente diferente. Distinguir claramente que trata-se de uma solidariedade sistémica e multidimensional (social, económica, política, ambiental, cultural, conhecimento, etc.) diferente de uma solidariedade meramente social (sócio-cêntrica) e sobretudo, distingui-la de uma solidariedade assistencialista e filantrópica.





Quantos aos desafios da Ecosol surgidos nestes dois dias, gostaria de reforçar os seguintes: o desafio do reforço e da inovação organizacional da Ecosol; o da adequação do marco legal que não pode ser simplesmente o da reposição igual ao marco legal da economia social mas que implica uma inovação jurídica nesse sentido; o do seu mapeamento e caracterização quantitativa e qualitativa; e o desafio de se perceber os novos caminhos construídos e que estão a surgir pela ecosol, como uma resposta à crise actual.

A segunda nota refere-se a conceitos como inovação social, empreendedorismo social, gestão social, empresas e negócios sociais, etc. Este evento trouxe pistas e tornou claro que estes conceitos continuam na ordem do dia, e se por um lado há uma tentativa notável por parte das universidades de estudar e clarificar estes conceitos, a verdade é que estamos muito longe ainda de esclarecer as profundas equivalências de todos eles. Nalguns casos, estes conceitos são como uma recuperação ideológica ou como uma forma de moralização do capitalismo. Isto significa que temos que ir mais longe e ser mais claros quando falamos de ecosol.

A terceira nota é relativa ao desafio sobre o papel das universidades e à sua abertura à sociedade. Defendo uma universidade ligada à prática, no entanto a universidade já esteve mais aberta à sociedade do que está hoje, e o processo de Bolonha que era uma renovação interessante, acabou por acentuar o fechamento interdisciplinar, a defesa do posto de trabalho e a tendência para reforçar as investigações meta-teóricas e sem qualquer preocupação e cuidado social. Os exemplos trazidos hoje da parte da manhã das incubadoras universitárias de economia solidária deixaram um enorme desafio que me leva a fazer mais algumas reflexões:

- 1) a necessidade de aprofundar a conceptualização e o conhecimento teórico destes temas;

- 
- 
- 2) de levar a sério a ideia do diálogo com saberes exteriores à universidade, naquilo que o Boaventura Sousa Santos chama de saberes rivais à ciência, que esta despreza e que na Ecosol isso é absolutamente fundamental, porque o saber inovador e a construção de saber estão mais nos atores do que nos investigadores. A universidade deve aprender a desenvolver um diálogo com os saberes rivais e apoiar com alguma construção teórica estas áreas e práticas surgidas da economia solidária;
 - 3) o mapeamento mais prático do que são as realidades em Portugal onde se sabe pouco de iniciativas de Ecosol. Por exemplo, muitas das iniciativas da cidade de Lisboa mapeadas por uma estudante do mestrado no ISCTE, eu nunca tinha ouvido falar;
 - 4) o apoio e acompanhamento aos atores, onde a universidade tem um papel a desempenhar, nomeadamente ao nível da incubação.

Na quarta nota sobre o tema do último dia do encontro, a incubação universitária, Roque Amaro deixou algumas interrogações ou indefinições que foram abordadas e que valem a pena aprofundar para o caso português:

- 1) incubação empresarial normal vs. Incubação de economia social vs. Incubação em economia solidária – onde estão as interações entre estes tipos de incubação?;
- 2) incubação com base associativa ou incubação com base universitária – como é que é a realidade em Portugal? onde estão mais presentes? quais os pontos de convergência e divergência?;
- 3) Incubação de iniciativas que visam o empreendedorismo e de empresas vs. Incubação de dinâmicas territoriais mais centradas no desenvolvimento local?;

- 4) que ligações há implícitas da incubação com a pesquisa e com o ensino, ou como é que o ensino e a pesquisa se traduzem na incubação e vice-versa?;
- 5) incubação mais centrada no apoio técnico ou incubação mais centrada no acompanhamento psico-social e cultural?

Findadas as intervenções o moderador Hugo Coelho (Univ. Lusófona) concluiu a sessão de encerramento, divulgando os trabalhos do I Encontro Internacional a decorrer nos momentos seguintes.

Assim, deu-se seguimento na parte da tarde do dia 24 de Setembro e no dia seguinte (25 de Setembro) às oficinas temáticas:

- 1) Finanças solidárias;
- 2) Incubação social e solidária.

1. Oficinas Temáticas de Finanças Solidárias

Apresentaram-se várias iniciativas a decorrer em Portugal, Espanha e Brasil - Serviços financeiros, éticos e solidários | Luís Ocaña | COOP57 | Espanha (Andaluzia e Catalunha) - Bancos comunitários de desenvolvimento | Diogo Rêgo e Ósia Magalhães | ITES - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial | Universidade Federal da Bahia, Brasil - Comunidades Auto-Financiadas | Ana Dominguez e Vitor Damião | ACAF - Associação das Comunidades Auto-Financiadas, Portugal.

Foram três sessões distintas que contaram com a participação de 35 pessoas.

As apresentações das entidades presentes encontram-se disponíveis no site do I Encontro Internacional em: <http://cpes.ulusofona.pt/eventos/ecosol/41-eventos/encontro-internacional-de-financas-solidarias-e-in/73-inscricoes.html>

2. Oficinas Temáticas de Incubação Social e Solidária

As oficinas decorreram nos dias 24 e 25 de Setembro, dirigido apenas a entidades convidadas, na sua maioria incubadoras de economia social e solidária nacionais e internacionais.

Estiveram presentes 22 participantes das seguintes entidades:



Nacionais – Animar; Audax - ISCTE; Cresaçor (Açores); ECOSOL/CES (FEUC); Fundação Aga Khan; Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Local da Universidade Lusófona; Incubadora Social Microninho da Lousã; ISFEUC - Incubadora social académica da Un. Coimbra; ITES; Projecto Direitos e Desafios; Reitoria de Assuntos Sociais da Universidade de Aveiro; Social Entrepreneurs Agency (SEA) e UniNorte.

Internacionais – INCUBACOOOP da Univ. Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/Brasil; Incubadora da Un. Estadual de São Paulo - Rio Claro - UNESP/Brasil; /UFBA - Inc. Tec. Ec. Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Un. Federal da Bahia, Brasil.

Eram três os objectivos principais destas oficinas:

- 1) realizar um levantamento e caracterizar as entidades dedicadas à incubação a actuar em Portugal;
- 2) criação de rede e sinergias entre as entidades nacionais;
- 3) partilha de metodologias e boas práticas por parte de incubadoras de economia solidária internacionais.

No que diz respeito ao primeiro ponto, as entidades começaram a preparar a informação antes do I Encontro (através da realização de um questionário) e partilharam durante as oficinas alguns itens sobre a sua caracterização: antecedentes, objectivos e público-alvo, metodologia de intervenção e principais dificuldades.



Relativamente ao segundo objectivo ficaram estabelecidas as seguintes acções:

1. Realização de encontros periódicos itinerantes;
2. Organização de formas de trocas de informação virtuais;
3. Realização do II encontro Internacional de Economia Solidária;
4. Articulação com a RIPESS;
5. Mapeamento de redes existentes;
6. Definir estratégia para articulação/continuidade (Br/Pt e outros países da CPLP);
7. Criação de um plano de acção para as incubadoras e seus territórios de intervenção.

Por último, o terceiro objectivo também foi alcançado a partir da riqueza das exposições, de materiais pedagógicos e práticos e de conteúdos teóricos partilhados com as entidades participantes.

A sessão contou ainda com a participação da CASES, com uma exposição sobre financiamentos existentes para entidades da economia social, nomeadamente o Microcrédito/Microinvest e o CoopJovem. Face à especificidade de incubadoras académicas e não académicas de economia social e solidária, António Curto (gestor do programa nacional de microcrédito - CASES) referiu que o financiamento é inexistente, quer ao nível de programas de apoio quer ao nível de enquadramento legal.

O I Encontro internacional deu-se por encerrado com esta oficina temática às 17horas do dia 25 de Setembro.

Para obter mais informação sobre os resultados desta oficina, contacte a equipa organizadora no e-mail: eventoecosol@gmail.com